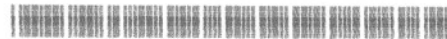


Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE040595

LIMA, Raquel. Câmara questiona morosidade do OP: vereadores de partidos de oposição articulam convite para que Prefeitura preste esclarecimento sobre o orçamento. Correio Popular, Campinas, 06 mar. 2003.

Câmara questiona morosidade do OP

VEREADORES DE PARTIDOS DE OPOSIÇÃO ARTICULAM CONVITE PARA QUE PREFEITURA PRESTE ESCLARECIMENTO SOBRE O ORÇAMENTO

RAQUEL LIMA

Do Correio Popular
rlima@cpopular.com.br

A Comissão de Política Social e Saúde da Câmara de Campinas vai questionar a Administração Municipal sobre a morosidade da execução do Orçamento Participativo (OP) na cidade. Das 172 obras definidas como prioridade para 2002, apenas 19 delas (ou seja, 11%) foram concretizadas, de acordo com seminário realizado pelo PT, no último dia 22. A informação foi publicada na edição do último domingo do **Correio Popular** e motivou PSDB, PMDB e PFL a sinalizarem os primeiros indícios de oposição conjunta ao governo petista.

A comissão vai convidar (ela não tem poder de convocação) a secretária interina de Finanças, Assunta Helena Milani, e o coordenador do Orçamento Participativo e da Participação Popular em Campinas, José Braga, para prestarem os esclarecimentos. As datas dos depoimentos deverão ser definidas ainda hoje.

A discussão sobre a execução do OP tomou a maior parte da sessão do Legislativo na sessão da noite de ontem. O vereador Cid Ferreira (PFL) iniciou o debate cobrando as obras não executadas. "Continuo não acreditando no OP", disse. O ex-presidente da Casa, Tadeu Marcos (PMDB), completou: "O prefeito eleito não pode alegar desco-

Segundo regimento, conselho tem dez dias para responder

nhhecimento dos problemas da cidade. Por isso, o Toninho (Antonio da Costa Santos, morto em setembro de 2001) se pre-

parou tanto tempo". "Quero ver a isenção do Conselho do OP para cobrar do Executivo o não cumprimento das obras", declarou. O tucano Dário Saadi, presidente da Comissão

de Política Social e Saúde, provocou a própria Casa. "A Câmara está em uma situação difícil porque aprovou, na íntegra, os orçamentos de 2002 e 2003. Nós corremos o risco de perdermos a credibilidade", declarou.

O primeiro questionamen-

to sobre a execução do OP partiu do petista Ângelo Barreto. Ele protocolou na quarta-feira da semana passada um requerimento pedindo explicações ao Executivo. O Conselho do Orçamento Participativo tem dez dias para responder ao parlamentar, segundo regimento interno da Câmara.

DEFESA

O líder de governo, Paulo Búfalo, afirmou ontem, em Plenário, que o OP cumpriu não 11%, mas sim 24% de sua demanda. "A adversidade sobre o Orçamento Participativo é natural porque, até 2000, os critérios para a execução dos recursos do município eram diferentes", declarou. "Vamos

assumir toda a responsabilidade do compromisso assumido com a população de Campinas", disse Búfalo.

Segundo o petista, "essa é apenas uma análise numérica". "É preciso diferenciar obras de investimentos em projetos que não têm conclusão, completou. "É preciso entender que, no OP, a idéia é a inversão do modo de gerenciar o orçamento da cidade. Nossa proposta é mudar a concepção na forma de entender os recursos públicos", afirmou. Um dispositivo na peça orçamentária deste ano permitiu que fossem remanejados R\$ 11 milhões do orçamento de 2002 para o cumprimento das demandas do ano passado em 2003.

FOTOS DOMINIQUE TORQUATO/AAN



Rua de terra no Parque Jambéiro, cujo asfaltamento consta em levantamento: em etapas